



ADIMB

**Agência para o Desenvolvimento e
Inovação do Setor Mineral Brasileiro**

Clipping n° 14/2023

**O conteúdo das matérias é de inteira
responsabilidade
dos meios de origem.**

06 de abril de 2023

Mineradora Vale implementa inovações na usina de beneficiamento para aumentar a segurança

A mineradora Vale deu um importante passo na segurança de suas operações com a implantação da primeira máquina de pátio com 100% dos rolos monitorados. Localizado na Mina de Brucutu, em Minas Gerais, o Drum Reclaimer 3 é um equipamento crucial na alimentação da usina de beneficiamento.

A fim de minimizar os riscos de incêndios em transportadores de correia, que podem afetar tanto a segurança dos trabalhadores quanto os ativos da empresa, a Vale optou pelo Sistema Vantage™, desenvolvido pela Superior Industries.

Essa tecnologia pioneira monitora constantemente os rolos de carga, impacto e retorno do Drum Reclaimer 3. Utilizando diversos sensores internos, o Sistema Vantage™ coleta dados em tempo real, como temperatura dos rolamentos e rotação, além de monitorar a vibração dos rolamentos em versões mais recentes do hardware.

Essas informações podem ser acessadas pelos trabalhadores para acompanhar as condições de operação e trabalho, contribuindo para a manutenção preditiva do equipamento.

Borracha especial antichamas UL94-V0 aprimora a segurança na usina

Outra medida de segurança adotada pela Vale é a utilização da borracha especial antichamas UL94-V0, também desenvolvida pela Superior Industries.

Com tecnologia totalmente brasileira, essa solução reveste e protege os rolos de impacto e retorno, apresentando índices de abrasão e dureza compatíveis com as correias transportadoras.

Essa combinação de inovações permite maior controle e monitoramento contínuo dos rolos, aumentando a segurança na usina de beneficiamento.

Vantagens da tecnologia e alinhamento com os conceitos de ESG

A implementação do Sistema Vantage™ e da borracha antichamas UL94-V0 proporciona diversos benefícios para a mineradora Vale. Além de aumentar a segurança das operações e dos trabalhadores, essas tecnologias também facilitam o acompanhamento das condições do equipamento, permitindo intervenções antes que danos mais graves ocorram.

Essas inovações também estão alinhadas com os conceitos de ESG (Environment, Social & Governance), demonstrando o compromisso da Vale com a segurança de seus colaboradores, a implantação de novas tecnologias e a manutenção da disponibilidade das máquinas.

Investimentos em tecnologia e perspectivas futuras

Com a crescente demanda por rolos monitorados em aplicações críticas, a Superior Industries planeja continuar aprimorando suas soluções.

Danilo Bibancos, diretor da Superior no Brasil, afirma que o custo da tecnologia vem diminuindo rapidamente e espera que, em breve, 100% dos rolos fabricados para mineração no país saiam de fábrica já monitorados.

A presença das soluções da Superior no equipamento também gera outras vantagens menos perceptíveis, como custos menores com apólices de seguro devido à maior proteção oferecida para as máquinas.

Fonte: Click Petróleo e Gás

Data: 06/04/2023



Definido consórcio vencedor de ferrovia na Bahia

A BAMIN Ferrovia anunciou, nesta terça-feira (4), em Salvador, o nome do consórcio que irá executar o Lote 1F das obras para construção da ferrovia que criará um novo corredor logístico de exportação Oeste-Leste para a Bahia e para o Brasil. A ordem de serviço para o início da execução do trecho de 127 quilômetros, que passa pelos municípios de Ilhéus, Uruçuca, Ubaitaba, Gongogi, Itagibá, Aurelino Leal e Aiquara, deverá ser assinada dentro de 15 dias.

As obras do trecho receberão o investimento de R\$ 1.1 bilhão e serão executadas pelo Consórcio TCR-10, formado pela empresa brasileira Tiisa e pela chinesa CREC-10. O consórcio será responsável pela realização do serviço de construção e obras, infraestrutura e superestrutura ferroviárias, sob um prazo de 36 meses. Neste período, a previsão é de que sejam gerados cerca de 1.200 postos de trabalho, com contratações graduais, à medida em que as obras avancem nos municípios que compõem o Lote 1F.

“Desde que assinamos o contrato de concessão da FIOL 1, em setembro de 2021, viemos trabalhando com toda dedicação para que pudéssemos estar aqui hoje celebrando essa importante parceria, que será responsável por concluir o primeiro trecho de obras em um dos mais importantes projetos de logística do Brasil. Juntos, BAMIN, ERG e o Governo do Estado, temos construído uma relação sólida com um objetivo em comum, que é levar oportunidades e desenvolvimento para a Bahia”, destacou Benedikt Sobotka, CEO Global da ERG, organização responsável pelas atividades da BAMIN no Brasil.

Ligando as cidades baianas de Caetité e Ilhéus – onde está localizado o Porto Sul -, a FIOI terá um total de 537 quilômetros de extensão, passando por 20 municípios, com previsão de estar concluída e em operação a partir do ano de 2027. A ferrovia terá capacidade para movimentar 60 milhões de toneladas de carga por ano. A BAMIN utilizará 40% desse potencial, para o transporte do minério de ferro produzido pela Mina Pedra de Ferro, disponibilizando o restante para o escoamento da produção de outras mineradoras, do agronegócio e demais segmentos.

“Nos próximos anos, dedicaremos todos os esforços em segurança e sustentabilidade para executar as obras deste projeto tão fundamental para o desenvolvimento socioeconômico da Bahia e do Brasil. Com o novo passo que demos hoje, esperamos que, em 60 dias, já tenhamos centenas de pessoas em campo trabalhando”, apontou Erik Gaustad, presidente da BAMIN Américas.

“A Bahia tem um potencial mineral imenso e esse é um grande começo. A FIOI trará ao estado mais competitividade e expansão para os negócios e posicionará a Bahia de forma estratégica no país”, complementa Eduardo Ledsham, CEO da BAMIN.

A cerimônia de anúncio do consórcio foi realizada no Centro Administrativo da Bahia, com a presença do governador em exercício, Geraldo Júnior. “Tenho certeza que a materialização desse ato hoje é importante para nossa história. Um projeto que move a vida dos baianos e a nossa economia”, celebrou Geraldo Júnior.

“Hoje é um dia memorável não só para o Estado da Bahia, mas para todos nós da BAMIN. Estamos vivendo esse momento com imensa satisfação. O coração de todos da BAMIN está cheio de alegria”, compartilhou Sérgio Leite, CEO da BAMIN Ferrovia.

PROJETOS

A BAMIN também é responsável pela construção do Porto Sul, em Ilhéus, um terminal de águas profundas, que poderá receber, na costa de Ilhéus, navios com capacidade de até 250 mil toneladas e é projetado para movimentar até 42 milhões de toneladas anuais. A BAMIN utilizará 60% da capacidade operacional do terminal marítimo, disponibilizando 40% para outras cargas, como do agronegócio e de outras mineradoras. Quando ferrovia e porto estiverem concluídos, em 2027, esse corredor irá representar um novo vetor de desenvolvimento econômico para diversos setores produtivos.

Com a construção do corredor logístico Ferrovia-PortoSul, o estado da Bahia ocupará uma nova e importante dimensão na economia nacional, com a geração de riquezas, distribuição de renda e a elevação da qualidade de vida de sua população, criando oportunidades para os produtores regionais e potencializando as cadeias produtivas do agronegócio e da mineração instaladas ao longo do caminho.

CONCESSÃO

O contrato da BAMIN Ferrovia para a construção dos 537 quilômetros de extensão da FIOI I, foi assinado em setembro de 2021 com o Ministério da Infraestrutura, do Governo Federal. A subconcessão da BAMIN Ferrovia tem a duração de 35 anos, sendo cinco para construção e 30 anos para operação. A ferrovia oeste-leste foi planejada, nacionalmente, em três etapas. A BAMIN Ferrovia arrematou o Trecho 1, entre Caetité e Ilhéus, durante leilão realizado no mês de abril de 2021. Os trechos 2 e 3 estão sob administração do Governo Federal.

A BAMIN está construindo um novo corredor logístico de integração e de exportação para a mineração e para o agronegócio para o Brasil, investindo R\$ 20 bilhões nos projetos que incluem a Mina Pedra de Ferro, em operação na cidade de Caetité, e os projetos de solução logística integrada: Porto Sul, em Ilhéus, e a BAMIN Ferrovia, que ligará Caetité a Ilhéus, com 537 km de extensão. A previsão é de que a ferrovia e o Porto Sul estejam prontos em 2027.

Fonte: InTheMine

Data: 05/04/2023



Como um fundo de investimentos pode contribuir para o desenvolvimento da mineração?

Coluna de Paulo Castellari-Porchia.

Nos últimos artigos desta Coluna, me dediquei a falar sobre temas do meu dia a dia que estão muito próximos do meu coração, como ESG, comunicação e retenção de talentos. E isso me fez pensar que não poderia deixar de compartilhar com vocês sobre um modelo de negócio que, a meu ver, faz tudo isso sair do papel.

Estou falando de um modelo que alia o mercado financeiro com a indústria mineral. Essa associação não é elementar – é muito comum nos depararmos com investidores que requerem retornos atraentes e rápidos, e o negócio de mineração, por definição, não é de curto prazo. Na verdade, esse tópico merece uma conversa mais detalhada, e quem sabe logo teremos algo dessa natureza num próximo artigo dessa coluna.

Mas a verdade é que, para além do timing dos retornos, o mundo do investimento privado e o setor mineral são muito diferentes. Também preciso concordar que a união de ambos gera um paradoxo que não é fácil de se equilibrar, tendo em vista que a velocidade e o dinamismo exigidos por investidores podem ser um desafio e tanto para a mineração.

No entanto, essa junção me fascina, por somar o movimento e a diligência do mercado financeiro com a escala e a complexidade da mineração. E, por experiência própria, com as doses certas de autonomia e alinhamento, é possível, sim, que esses dois mundos se unam para proporcionar múltiplos benefícios para todas as partes envolvidas. É neste momento que provoço a seguinte reflexão: Como?

O pensamento é simples. Reunir capital em fundos de investimento privado possibilita que tenhamos os recursos necessários para gerar liquidez e agilidade nas operações. A grande sacada é unir essa vantagem a uma gestão robusta, com profissionais com expertise em mineração capazes de unir eficiência, segurança e responsabilidade em sua total potência. Ou seja: é necessário investir em uma carga técnica de excelência para identificar quais são os ativos que podem realmente ser transformados após adicionarmos o nosso conhecimento do setor, nossos processos, nossas pessoas.

No caso da Appian Capital Brazil, fundo que eu tenho o prazer de liderar desde 2019, nosso negócio se inicia com a identificação de novas oportunidades. Buscamos ativos que sejam escaláveis (com potencial de crescer), com um posicionamento de custo defensivo, isto é, que esteja pronto para variações nos preços das commodities, e que assim apresentem alto potencial para oferecer estabilidade e retorno no longo prazo, ainda que atravessem situações de crise ou incerteza.

Mas isso eu acredito que é o que todos procuram, certo?! Na minha opinião, a diferença está na gestão desses ativos. Nosso modelo de negócio oferece aos nossos empregados uma oportunidade real de criar e operar dentro dos limites estabelecidos nos nossos valores. Isso atrai um certo tipo de profissional – aquele que está pronto para tomar riscos calculados, aprender e ser remunerado de forma alinhada aos objetivos do negócio. Lamentavelmente, ainda temos muitas situações no mercado onde profissionais não têm nenhum motivo para criar, para ir além e oferecer mais – muitas vezes acontece justamente o contrário: não criar e fazer mais do mesmo é compensado, e assim as organizações estacionam.

Portanto, quando investimos em um ativo, adicionamos valor ao empreendimento não só por meio da nossa expertise técnica, financeira e em desenvolvimento de negócio, mas também com essa autonomia que todos temos aqui dentro para criar o diferente. E a geração de valor é contínua, acontece aos poucos e todos os dias, até chegarmos no momento certo para proporcionar os retornos para os nossos investidores.

Como eu estava dizendo no início, esse modelo nos possibilita tirar muita coisa importante do papel e reinventar, de fato, a mineração. E quando falo que, com tudo isso, estamos firmes no nosso propósito de fazer uma mineração diferente, não é da boca para fora. Fazemos uma mineração diferente quando temos ativos “fit for purpose”, fugindo dos paradigmas que para ser bom tem de ser grande, com grandes construções, frotas e equipamentos. Quando deixamos um legado para as nossas comunidades anfitriãs e cidades em que estamos investindo. Quando atraímos talentos qualificados e diversos para as nossas empresas. Quando comunicamos todo o valor gerado pela mineração. Bom, a lista de tudo que podemos fazer diferente é longa, mas seguimos no nosso foco de ter uma indústria cada vez mais segura, responsável, inteligente. E diferente!

E para você, o que é fazer uma mineração diferente?

Fonte: Brasil Mineral

Data: 03/04/2023

Serviço Geológico lança estudo sobre recursos minerais em Minas Gerais

O produto fornece informações detalhadas dos recursos minerais e foi produzido a partir de uma extensa compilação e revisão bibliográficas e dados de ocorrências minerais.

O Serviço Geológico do Brasil (SGB) lançou o Informe de Recursos Minerais do Estado de Minas Gerais, que abrange as oito principais províncias, mais de 50 distritos e centenas de depósitos e ocorrências minerais, com as descrições de suas características geológicas, informações de recursos e reservas.

No Informe, elaborado pela Diretoria de Geologia e Recursos Minerais (DGM), é possível encontrar dados sobre recursos minerais metálicos, não metálicos e águas do tipo mineral, termal e de mesa. Entre os minerais incluídos no Informe, está o ferro, que é a principal commodity em importância financeira e responsável por 94% da arrecadação por Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (CFEM) do estado. O segundo minério que mais contribui é o ouro, com 3% da CFEM.

Há também informações sobre outros minerais estratégicos, como nióbio, lítio, grafita, níquel, alumínio, zinco e chumbo, além dos agrominerais fosfato e potássio. O Informe também abrange a descrição de províncias gemológicas e de rochas ornamentais.

As informações foram compiladas a partir de pesquisa bibliográfica e cartográfica. Para a execução do estudo foram consultados relatórios de projetos do SGB, artigos e teses acadêmicas e mais de dez mil registros de recursos minerais constantes do banco de dados de recursos minerais do Serviço Geológico do Brasil, listados e organizados nos sites do GeoSGB e do RIGeo.

O estudo está disponível para download no site do SGB:
<https://rigeo.cprm.gov.br/handle/doc/23340>

Fonte: Conexão Mineral

Data: 03/04/2023

200 municípios disputam prêmio de melhor uso de recursos da mineração no Brasil

O Prêmio Municípios Mineradores é uma premiação idealizada pelo Ministério de Minas e Energia e realizada pelo Instituto Brasileiro de Mineração e pela Agenda Pública. O objetivo é reconhecer o bom desempenho da gestão nos municípios que utilizam recursos da mineração.

Ao todo, 200 municípios em 24 estados disputam o prêmio. São oito categorias: saúde, educação, proteção social, infraestrutura, meio ambiente, gestão, finanças públicas e desenvolvimento econômico. Além disso, haverá destaques regionais para cada região do país.

A premiação não prevê inscrições e a classificação será dada a partir da análise de dados, em que serão selecionadas 24 práticas finalistas. Desse total, oito serão escolhidas pela Comissão de Seleção, que tem especialistas em diversas áreas.

Uso dos recursos de mineração

Entre os dados analisados, estão os da cobertura do serviço de saúde de atenção básica; a cobertura vacinal da população; gastos per capita em saúde e educação; mortalidade infantil; Índice de Desenvolvimento da Educação Básica; entre outros.

A premiação visa destacar as boas práticas na entrega de serviços públicos à população, resultado de uma boa governança pública, bem como estimular cada vez mais as boas práticas de governança.

De acordo com Raul Jungmann, diretor-presidente do IBRAM, a mineração industrial e sustentável desponta como ponto de atração de investimentos para movimentar a economia e dinamizar o crescimento de estados e municípios. Além disso, promove meios para a condução de políticas públicas de desenvolvimento e incentivando a implementação de programas de diversificação econômica. Isso inclui, por exemplo, ferramenta de apoio para o durante e o pós-mineração.

O Ministério de Minas e Energia vai divulgar a lista dos municípios ganhadores em cada um dos critérios da premiação em 31 de maio em Brasília.

Em 2022, foram premiados os municípios de Canaã dos Carajás/PA (Saúde e Infraestrutura), Alto Horizonte/GO (Educação), São Gonçalo do Rio Abaixo/MG (Proteção Social e Meio Ambiente), Itabira/MG (Gestão), Ouvidor/GO (Finanças Públicas) e Catas Altas/MG (Desenvolvimento Econômico).

Fonte: Minera Brasil

Data: 30/03/2023

Desistência de projeto no Canadá e prioridade ao Brasil

A Hochschild Mining PLC, por meio de sua subsidiária integral Hochschild Mining Canada Corp., notificou a Skeena Resources Limited para encerrar sua opção de obter uma participação de 60% no projeto de ouro Snip localizado no Triângulo Dourado de British Columbia, Canadá. A rescisão da opção entra em vigor imediatamente e, como resultado, a Hochschild não tem nenhuma responsabilidade de cumprir o Requisito de Despesas Agregadas.

Além disso, a Hochschild confirmou à Skeena que atendeu ao Requisito de Despesa Anual Mínima em relação ao período de 12 meses iniciado em 14 de outubro de 2022. Portanto, nenhum pagamento em dinheiro é devido da Hochschild à Skeena nos termos da opção acordo. "Gostaríamos de expressar nossa gratidão pelo apoio que recebemos da Nação Tahltan, do governo da Colúmbia Britânica, funcionários e fornecedores durante nosso trabalho de um ano e meio no projeto de ouro Snip. Gostamos de trabalhar no Canadá, mas atualmente estamos nos concentrando nosso capital em projetos de estágio avançado no portfólio, principalmente o projeto Mara Rosa no Brasil, que permanece dentro do prazo e do orçamento", disse Ignacio Bustamante, CEO da Hochschild Mining.

Fonte: Brasil Mineral

Data: 05/04/2023



Contra garimpo ilegal, venda de ouro exigirá nota fiscal eletrônica

A Receita Federal decidiu instituir a obrigatoriedade da emissão de nota fiscal eletrônica para negócios que envolvam ouro como ativo financeiro ou como instrumento cambial. A medida, que aumenta a transparência e o controle dessas operações, contribui para coibir o garimpo ilegal.

As novas regras constam na Instrução Normativa 2.138, publicada nesta quinta-feira (30) no Diário Oficial da União. A emissão será obrigatória em quatro situações: na primeira aquisição do ouro bruto, na importação, na exportação e em negócios internos com participação de instituições financeiras. Com a nota fiscal eletrônica, essas operações poderão ser auditadas através de ferramentas tecnológicas já usadas pela Receita Federal.

Como os envolvidos na compra e venda de ouro precisarão fornecer diferentes informações para emissão da nota, o combate à sonegação também poderá ser aprimorado. “O uso desse documento possibilitará maior integração entre as administrações tributárias”, informa a Receita Federal.

A nota fiscal eletrônica passará a ser exigida a partir de 3 de julho. Segundo a Receita Federal, a data foi definida levando em conta o prazo necessário para desenvolvimento do sistema. Uma equipe já vem trabalhando há algumas semanas.

A instituição da nota fiscal eletrônica vinha sendo defendida pelo Instituto Brasileiro de Mineração (Ibram), que representa as maiores mineradoras atuantes no país. No mês passado, o diretor-presidente da entidade, Raul Jungmann, considerou que o documento permite rastreabilidade e cruzamento de dados.

Diante do anúncio da Receita Federal, o Ibram divulgou uma nota com nova manifestação de Jungmann. “O setor mineral também sofre a concorrência desleal do garimpo ilegal, mas o motivo maior de celebrar esta decisão da Receita Federal e do Ministério da Fazenda é justamente reconhecer que o governo está disposto a acabar com a cadeia criminosas que denunciemos”.

No início deste ano, os danos causados pelo garimpo ilegal ganharam maior visibilidade devido aos problemas relacionados com a crise humanitária na Terra Indígena Yanomami, em Roraima. Mas instituições públicas e organizações não-governamentais já vinham alertando para o cenário nos últimos anos. A expansão de garimpos na Amazônia brasileira quadruplicou entre 2010 e 2020, segundo um dossiê lançado há algumas semanas pela Aliança em Defesa dos Territórios, entidade criada em 2021 por povos indígenas.

Controle frágil

Um levantamento do Instituto Escolhas, organização não governamental dedicada à produção de estudos relacionados ao tema do desenvolvimento sustentável, apontou que 54% do ouro vendido no Brasil em 2021 tinha indício de ilegalidade. Segundo um caderno de propostas elaborado pela entidade, a instituição da nota fiscal eletrônica é uma das medidas necessárias para enfrentar o alto volume de operações ilícitas.

Para o Instituto Escolhas, alterar o atual cenário de fragilidade no controle fiscal também demandaria uma atualização da Lei Federal 11.685 de 2008, conhecida como Estatuto do Garimpeiro, em vigor há 15 anos. Ela estabelece que o garimpo pode ser realizado de forma legal por qualquer pessoa ou cooperativa desde que seja obtida permissão da Agência Nacional de Mineração (ANM). As únicas exceções envolvem as terras indígenas e áreas maiores que 50 hectares.

Na legislação, portanto, o garimpo se diferencia da mineração por estar limitada a uma extração feita em pequeno volume e com baixo impacto ambiental. Porém, a atividade se desenvolveu ao longo do tempo. Se no passado, o garimpo era associado a pessoas que usavam técnicas manuais rudimentares ou artesanais, existem registros de grupos atuando na Amazônia de forma cada vez mais profissional, agressiva e em escala industrial. As operações envolvem equipamentos caros, embarcações robustas e retroescavadeiras.

A atividade de garimpo tem delimitações legais. Diferente das empresas mineradoras, garimpeiros não podem refinar, fundir e exportar os minerais extraídos. Eles recebem da ANM a autorização apenas para extração local e venda às chamadas Distribuidoras de Títulos e Valores Mobiliários (DTVMS). São instituições autorizadas pelo Banco Central e funcionam como a porta de entrada do ouro e de outros minerais para o sistema financeiro, para o mercado internacional ou para joalherias.

Pela legislação, o garimpeiro que possui autorização de exploração deve autodeclarar à DTVM o local onde foi realizada a extração e sua palavra é considerada de boa-fé. Essas declarações de próprio punho, legalmente reconhecidas como documentos fiscais, não têm sido suficientes para garantir a origem lícita da mercadoria. O ouro extraído de áreas ilegais geralmente é levado para regiões em que há atuação do garimpo legal, onde intermediários locais realizam a venda às DTVMS.

Fonte: Minera Brasil

Data: 04/04/2023



Diretor da ANA é nomeado Secretário da SGM

Vitor Eduardo de Almeida Saback foi nomeado para exercer o cargo de secretário de Geologia, Mineração e Transformação Mineral – SGM, do Ministério de Minas e Energia (MME). A portaria de nomeação nº 2.214, datada de 03 de abril e expedida pelo Ministério da Casa Civil, foi publicada no Diário Oficial da União de hoje (04/04/23).

Saback é graduado em Administração pela Universidade de Brasília (UnB) e pós-graduado em Finanças e Mercados de Capitais pela Fundação Getúlio Vargas (FGV). Ingressou no serviço público federal em 2012 como analista de Gestão Pública do Ministério Público da União (MPU).

Em 2019 foi assessor especial do gabinete do ministro de Economia, Paulo Guedes e, em 22 de dezembro de 2020 assumiu uma das diretorias da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA), vinculada ao Ministério do Meio Ambiente, cargo onde permaneceu até a nomeação para a SGM.

Ligado aos senadores Davi Alcolumbre (União Brasil-AP) e Rogério Marinho (PL-RN), que também foi ministro de Jair Bolsonaro, Saback foi indicado por Alexandre Silveira, ministro de Minas e Energia para integrar o Conselho da Petrobras, em março deste ano. A assembleia geral de acionistas da estatal que deve eleger o novo conselho foi adiada de 13 para 27 de abril, em razão das críticas de sindicalistas do setor e do PT à indicação de nomes que participaram do governo anterior, como o de Saback.

Fonte: InTheMine

Data: 04/04/2023

Minério de ferro cai com dados decepcionantes sobre demanda por aço

Os contratos futuros de minério de ferro nas bolsas de Dalian e Cingapura recuaram nas negociações desta quinta-feira, depois que dados de demanda por aço mais fracos do que o esperado decepcionaram o mercado.

A produção de produtos de aço para construção, incluindo vergalhão e fio-máquina, caiu 1,04% na semana, para 4,23 milhões de toneladas durante a semana encerrada em 6 de abril, enquanto a demanda aparente de ambos retraiu 6,7%, para 4,36 milhões de toneladas no mesmo período, mostraram dados da consultoria Mysteel.

O contrato futuro de minério de ferro para setembro mais negociado na Dalian Commodity Exchange (DCE) encerrou as negociações do dia com perda de 1%, em uma mínima de duas semanas de 793 iuanes (115,35 dólares) a tonelada.

No início da semana, a referência de Dalian registrou queda de 2,7% nos primeiros dois dias úteis, com o sentimento prejudicado por uma nova intervenção do planejador estatal.

A Comissão Nacional de Desenvolvimento e Reforma da China (NDRC) disse na terça-feira que intensificaria a supervisão dos mercados de minério de ferro e pediu às empresas de futuros que não exagerassem deliberadamente nos aumentos de preços.

O mercado chinês ficou fechado na quarta-feira em razão de um feriado.

Da mesma forma, na Bolsa de Cingapura, a referência de minério de ferro de maio caiu 0,47%, em uma mínima de duas semanas a 117,3 dólares a tonelada, marcando uma queda de 6,4% até agora esta semana.

“O que mais importa é o desempenho da demanda real (de aço) no momento. Se a demanda não puder subir de acordo com as expectativas, os preços (de minério de ferro) podem sofrer mais pressão”, disse um analista de minério de ferro de Xangai.

A fraca demanda por aço também prejudicou os preços futuros de outras matérias-primas siderúrgicas, com o carvão metalúrgico recuando 1,19% e o coque caindo 2,5%.

Fonte: MoneyTimes

Data: 06/04/2023

Fênix DTVM vende primeira barra com rastreabilidade

A Fênix DTVM, organização especializada no mercado de ouro, em parceria com a plataforma de rastreabilidade do ouro por meio da blockchain Minespider, realizou a primeira venda de barra de ouro totalmente rastreada do Brasil. A Fênix e a Minespider vão ampliar o uso da plataforma para todas as cadeias de suprimentos, com o objetivo de garantir que todos os produtos de ouro sejam integralmente rastreados, certificados e documentados. A próxima etapa inclui a integração entre a plataforma Minespider e a infraestrutura digital existente da Fênix. O objetivo é ter 100% de rastreabilidade em todos os fornecedores e operações até o final de 2023. “Queremos mostrar que é possível ser um agregador global de metais, promover a transmissão de uma cultura positiva de originação responsável e garantir que os pequenos e médios mineradores brasileiros sejam respeitados em sua produção de ouro”, afirma Pedro Eugênio Procópio, COO da Fênix DTVM.

A Fênix afirma que a rastreabilidade do ouro vendido é compromisso da empresa com a sustentabilidade e a responsabilidade social do negócio. “O ouro é um produto amplamente voltado para o consumidor - em jóias ou como investimento - e os consumidores merecem saber que suas decisões de compra não impactam negativamente a saúde ambiental ou os direitos humanos em outros lugares”, diz o CEO da Minespider, Nathan Williams. “A Fênix é um caso exemplar de empresa compradora e centralizadora de ouro que não apenas se empenha em operar com compliance, mas também dá uma história aos seus metais, evidenciando seu valor superior aos metais anônimos.”

A Fênix DTVM faz parte do Grupo FNX, composto por 12 empresas, criado em 2017, e que iniciou as atividades em 2020, crescendo rapidamente até se tornar uma das principais compradoras e centralizadoras de ouro do Brasil. Monal Thakkar, fundador e diretor geral da ASHOKA Global, uma das principais empresas de importação e exportação de metais preciosos do mundo, e compradora da primeira barra de ouro totalmente rastreada do Brasil, destaca a importância da iniciativa: “Nós, da Ashoka, conhecemos a Fênix desde seu início e temos muito orgulho de fazer parte dessa história e mudança de paradigmas, principalmente no que diz respeito à originação responsável do ouro mineral do Brasil”, afirma Monal Thakkar. “A autenticidade da origem do ouro, para nós, que somos grandes players do mercado mundial, é fundamental. Isso fortalece muito nosso relacionamento comercial, pois traz mais transparência ao processo de compra do ouro”.

Fonte: Brasil Mineral

Data: 05/04/2023

Atlas Lithium descobre LiO₂ com maior teor em MG

A Atlas Lithium Corporation identificou recentemente mineralização de lítio com teor de 4,40% de Li₂O em seu furo de perfuração DHAB-68, o que configura um dos maiores já relatados em um depósito de espodumênio no Vale do Lítio em Minas Gerais. O furo de perfuração DHAB-68 está localizado na porção sudoeste do alvo de pegmatito Anitta, de 1,1 km, da Atlas Lithium, que permanece aberto para expansão ao longo do ataque e em profundidade.

No DHAB-68, a intersecção da mineralização do lítio compreendeu um total de 43,61 metros, incluindo um intervalo de 25,43 metros com concentração média de 1,44% de Li₂O. A mineralização no DHAB-68 iniciou-se a apenas 26,28 metros de profundidade, considerada superficial. Essa mineralização de lítio superficial e de alto teor relativo também foi observada em análises qualitativas de amostras de núcleo de furos próximos para os quais os dados geoquímicos estão disponíveis. No geral, na opinião da equipe técnica da Companhia, tais resultados aumentam a probabilidade de uma operação a céu aberto para extração. As considerações de engenharia de mineração são fundamentais ao avaliar o potencial econômico de um depósito de lítio de rocha dura.

Atualmente, a Atlas Lithium possui nove perfuratrizes de núcleo de diamante explorando três de seus 64 direitos minerais de lítio como parte de uma campanha de perfuração de 40 mil metros. Uma décima broca foi contratada e deve chegar até o final de abril. O esforço atual de perfuração está focado na delimitação de recursos em Anitta e arredores, dada a alta qualidade dos resultados obtidos até o momento. O alvo de pegmatito Anitta da Atlas Lithium está localizado imediatamente adjacente a uma propriedade mineral da Sigma Lithium Corporation.

Paralelamente ao programa de perfuração, extensas campanhas geoquímicas de solo e trincheira identificaram várias áreas de mineralização de lítio próximas à superfície que servirão como alvos de perfuração subsequentes, além dos afloramentos de pegmatitos com espodumênio nas propriedades de exploração da Atlas Lithium que são alvos naturais também. As análises geoquímicas das amostras de testemunho do DHAB-68 foram realizadas no SGS-Geosol, laboratório técnico independente localizado em Vespasiano, Minas Gerais.

Fonte: Brasil Mineral

Data: 04/04/2023

Hochschild Mining walks away from Canadian gold project

Hochschild Mining (LON: HOC) has informed Skeena Resources (NYSE: SKE) (TSX: SKE) that it is ending its option to earn in a 60% interest in the Canadian miner's Snip gold project, located in the Golden Triangle of British Columbia.

The precious metals producer said termination of the option, through its wholly-owned subsidiary Hochschild Mining Canada Corp., is effective immediately, adding it has no liability to complete the aggregate expenditure requirement.

In 2021, the London-based miner agreed to spend about C\$100 million (\$74m) over a three-year period, which would have granted a majority stake in the project.

To date, Hochschild has spent C\$15 million (\$11.2m) on Snip, according to Skeena.

Chief executive officer Ignacio Bustamante said the company had enjoyed working in Canada, but it is currently focusing its capital on later-stage projects in the portfolio, particularly the Mara Rosa project in Brazil.

"We are thrilled to have 100% of Snip back in our portfolio," Skeena's president and chief executive officer said in a separate statement. "In the months ahead, Skeena plans to investigate opportunities to bolster the Eskay Creek mine life by processing Snip ore at the Eskay Creek mill."

The Snip project is a past-producing mine that Skeena acquired from Barrick Gold in 2017.

The operation churned out about one million ounces of gold between 1991 and 1999 at an average gold grade of 27.5 g/t. Since then, the project has been improved with the recent construction of nearby infrastructure and substantially higher gold prices. The property consists of one mining lease and eight mineral claims totalling approximately 4,546 hectares in the Liard mining division.

Fonte: Mining.com

Data: 05/04/2023

Brazil court backs crackdown on illegal gold mining in Amazon

A Supreme Court judge backed a government move to crack down on illegal gold mining in Brazil, suspending a legal practice of buyers accepting the origin of the precious metal with paper receipts based on the “good faith” of the seller.

The injunction by Justice Gilmar Mendes gave the government 90 days to adopt a new regulatory framework for the gold trade to stop the sale of gold mined illegally from indigenous lands and other environmentally protected areas.

“This spurious consortium formed by illegal miners and criminal organizations must be stopped as soon as possible,” Mendes said in his ruling late on Tuesday.

The decision, which goes into effect immediately but needs approval by the full court, gives support to leftist President Luiz Inacio Lula da Silva, who is facing pressure from right-wing politicians to drop a crackdown on wildcat gold miners.

The presumption of “good faith” in the gold supply chain since 2013 helped to obscure the true origins of Brazilian gold exports, roughly half of which are now estimated to be mined illegally.

The previous government of President Jair Bolsonaro eased environmental protections and encouraged wildcat mining in the Amazon rainforest. A surge in illegal mining on the Yanomami indigenous reservation caused disease and malnutrition that led the Lula government to declare a humanitarian crisis.

The government has moved to establish stricter rules for the gold trade, proposing to end the “good faith” practice and new legislation that would require electronic tax receipts for the buying and selling of the metal.

Justice Minister Flavio Dino told Reuters on Wednesday that the text for the government’s new regulations of the gold industry should be ready next week for Lula’s final review.

Last week, Brazil’s tax authority mandated electronic tax invoices for the trading in gold that is declared a financial asset or a foreign exchange instrument, helping to curb the trade in illegally mined gold when it takes effect on July 3.

In 2021, 54% of Brazil’s gold production, or 52.8 tonnes, had clear signs of having illegal origins, according to Instituto Escolhas.

The Brazilian Institute of Mining (Ibram), which represents gold mining companies such as AngloGold Ashanti Ltd and Yamana Gold Inc, as well as multinational giants such as Vale, Rio Tinto Ltd and BHP Group Ltd, said 20% of Brazilian gold had no declared origin in 2021, citing data from the National Mining Agency.

Fonte: Mining.com

Data: 05/04/2023



As the world looks to secure metal supply, miners must beware the hidden costs of streaming agreements

The mutual dependence between man and metals means that we are inescapably bound to mining companies in an inherent social contract: we provide them with capital and they provide us with metals. This social contract is made manifest by entering into actual agreements whereby capital is actually provided so metals can actually be produced. These financial contracts take many forms. One of them is called a streaming agreement.

On the surface, a stream is simple. The streamer advances a capital payment to a mining company in exchange for the right to purchase some share of production at a low predetermined price, usually for the duration of a mine's life. The streamer then earns a return by collecting the difference between the price at which it purchases streamed production and the prevailing market price.

The basics of these transactions have been well covered, but discourse has never moved beyond vague terminology like "upside" or "optionality" for the streamer, while mine developers and producers seem content to focus their messaging on the capital they secure. But what exactly that upside is, and at what cost does that capital come, does not normally get spelled out.

The world's increasing attention on metal supply is now forcing the issue. Mining projects must be developed. Capital must be raised. Streaming will be considered. But it is paramount that mining companies understand the true economic complexion of these deals before any solid lines are signed.

Misunderstandings

Perhaps the biggest misconception about streaming is that the streamer's financial performance is separate from the miner's. It is easy to think that because the streamer takes delivery of metal, turns around, and sells it in isolated transactions that it earns its profit independent of the mining company. That is not the case. One, the streamer cannot earn profit on a unit that is not delivered, and two, any sales the streamer makes are sales that the miner would capture if it were not delivering those units to the streamer. It is a direct transfer of profit. The streamer's earnings come straight out of the miner's pocket.

Once that realization is allowed to wash over one's thinking, other myths are quickly dissolved. For instance, it is common for stream capital to be placarded as a nondilutive source of funding. But siphoning revenue away from the mining company has the same outcome for shareholders as issuing shares. It is a different means to the same dilutive end.

Another justification sometimes cited is that the economic effects of the stream are confined to the share of production being streamed. However, selling one portion of a mine's production at a loss unavoidably affects the whole. Profitability cannot be compartmentalized. The average profit per unit across 100% of the production base will be diminished whenever any of those units is sold at a loss, even if they are a mine's secondary byproducts.

Three powerful deal terms

These effects on profitability are not aberrations that occur perchance. Their boundaries are regulated by the stream's three essential deal terms—the streaming percentage, the ongoing purchase price, and the initial capital payment.

Take the streaming percentage, for example. This variable is not merely related to production but becomes a primary governor of the mine's economics.

To illustrate: If we were to calculate the annual revenue the mining company forfeits by selling into the stream and divide that cost by the mine's total potential revenue each year, we would be stating the stream as a royalty equivalent. Royalties are common in the mining industry. Usually the royalty holder is paid a percentage of revenue less certain charges for handling or treatment.

If a mine has a 2% royalty on it, it will always be 2%. The percentage does not change. A stream is different. The percentage of revenue conceded increases as the market price of the commodity increases, and its upper limit approaches the percentage of production being streamed. So if the miner streams 20% of production, it has granted the streamer the equivalent of a royalty that will converge toward 20% as price increases. A stream is effectively a sliding scale royalty that gets more punitive at higher prices masquerading as a percent of production being sold.

By implication, a mining company cannot tell its shareholders what the stream's cost is at the time the deal is signed. It will change as soon as the ink on the agreement dries, and will continue changing for as long as the stream is in place. It is as if the terms are being continuously renegotiated, second by second, for the entire life of the stream.

The stream's purchase price has similar economic repercussions. This deal term effectively positions the streamer as a producer with low fixed operating costs. That concept alone has manifold implications. One of them is that it turns monetary inflation into the streamer's unseen aide. If the purchasing power of the US dollar erodes over time, the streaming company should, in theory, be paying more dollars per unit streamed to maintain fair value in nominal terms.

But based on the standard terms of a fixed price stream, the streamer does not have to pay those additional dollars. Streamers therefore do not need the commodity price to rise in order to benefit from the stream; monetary inflation alone will translate to expanded margins. The streamer has something of a call option on inflation and it is the mining company that pays out the winnings—the miner pays interest to the streamer at the rate of inflation. This is an additional cost nowhere stated on the term sheet.

A world that runs on metals

These examples are only the beginning of a stream's reach. The farther into the financials you go, the more consequences you find. With only three key terms, a streaming agreement lays invisible tripwires all throughout the miner's house.

What then is a miner to do? Should streaming be eradicated? Not necessarily. Streamers offer a service as capital providers. The question is determining fair compensation for those service. As it stands, the cost of conventional streaming agreements can become inordinate since they are uncapped in deliveries and duration while the miner bears the risk and expense of operating, optimizing, maintaining, and expanding the mine.

Though this template has been reinforced through years of repetition, it has not ossified to the point of immutability. It can be changed. Yet simply pounding the table for a higher price or lower production share will not make for a productive meeting. Changes must be approached from oblique angles. Armed with a comprehensive understanding of the deal allows for just that. Then, with a bit of courage and constructive imagination, a new format for financing can be forged.

But there is something even greater at stake than retooling a deal structure. The well-being of the world is directly correlated to capital investment in the mining industry. Metals underpin every course of modern life and give substance to our dreams for what that life could one day become. We therefore have a moral imperative to maintain a healthy mining sector. Imbalanced financings put that in jeopardy. An asymmetric agreement may get the next mine built, but it strips the miner of the means and incentives for the one after that. That is a cost the world cannot afford.

Fonte: Mining.com

Data: 05/04/2023

Nossos Contatos



contato@adimb.org.br



(61) 3326-0759



[/company/adimb-oficial](https://www.linkedin.com/company/adimb-oficial)



[adimb_oficial](https://www.instagram.com/adimb_oficial)

Sede

Centro Empresarial Liberty

Mall Torre A, Sala 505

SCN Q.02 Bloco D

CEP : 70712903

Brasília/DF



ADIMB

Agência para o Desenvolvimento e
Inovação do Setor Mineral Brasileiro